



**REQUERIMENTO Nº 100 DE 2013**  
**(Do Sr. JERÔNIMO GOERGEN)**

Requer a realização de audiência pública para tratar das ações e políticas públicas para o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira.

Senhor Presidente,

Requeiro com base no art. 58, § 2º, da Constituição Federal e no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário, se realize audiência pública para tratar das ações e políticas públicas para o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Brasil faz fronteira com 10 países da América do Sul. A região da faixa de fronteira caracteriza-se geograficamente por ser uma faixa de 150 km de largura ao longo de 15.719 km da fronteira brasileira, na qual abrange 11 unidades da Federação e 588 municípios, que reúnem, aproximadamente, 10 milhões de habitantes.

Um fator complicador, no caso brasileiro, é que grande parte dessa faixa fica distante das capitais e outros grandes centros urbanos, onde os serviços são geralmente melhores. Manter a presença brasileira nos municípios de fronteira é uma questão estratégica. De um lado, a presença humana e institucional é importante para a proteção do país. Por outro, à medida que as regiões se desenvolvem, há uma redução do êxodo de pessoas para as metrópoles.



Essas áreas apresentam graves problemas sociais como o desemprego, ausência de serviços públicos, baixa densidade demográfica, insegurança pública entre outros. Ao mesmo tempo, são regiões com um potencial econômico gigantesco.

Essa realidade exige uma ação incisiva e articulada dos órgãos governamentais, abrangendo as seguintes áreas, entre outras:

- Fortalecimento Institucional;
- Desenvolvimento Econômico;
- Educação, Saúde, Trabalho e Migrações;
- Meio Ambiente e Recursos Hídricos; e
- Infraestrutura (Tráfego, Segurança e Transporte).

O Comitê de Articulação Federativa (CAF) da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI/PR) propôs, por meio de sua Resolução nº 8, de 19/11/2008, a instituição de um Grupo de Trabalho Interfederativo que voltasse atenção particular a questões que são recorrentemente identificadas na fronteira entre o Brasil e seus países vizinhos e que têm impacto relevante no cotidiano da população.

A Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional, a quem coube a coordenação do Grupo de Trabalho, apresentou, em 2010, um documento denominado: *“Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira.”*. Tal documento reuniu as contribuições e propostas que, ao longo do trabalho, foram sendo reunidas, analisadas e sistematizadas, a partir do envolvimento e dedicação dos representantes dos órgãos e entidades que no Grupo se fizeram representar.



Em setembro de 2010, foi instituída, por Decreto, a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF), que tem como atribuições contribuir para o aperfeiçoamento da gestão das políticas públicas para o desenvolvimento da faixa de fronteira, estimulando a articulação com os governantes locais. Essa Comissão é formada por 20 órgãos do Governo Federal e oito entidades convidadas.

Diante do exposto, é de fundamental importância essa audiência pública com representantes de órgãos públicos que integraram o Grupo de Trabalho Interfederativo e que fazem parte da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira. Tal audiência fornecerá subsídios que possibilitarão um maior direcionamento das ações e políticas públicas para o desenvolvimento e integração dessas regiões e, principalmente, uma maior fiscalização por esta Casa que, constitucionalmente, representa a população do país.

Para isso, contamos com a contribuição de setores envolvidos, sendo os convidados:

1. O Ministro de Estado do Ministério da Integração Nacional;
2. O Ministro de Estado do Ministério das Relações Exteriores;
3. O Ministro de Estado do Ministério da Defesa; e
4. Representantes da Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

Desta forma, conto com o apoio dos pares para aprovarmos este requerimento.

Sala das Comissões, em        de maio de 2013.

**Deputado JERÔNIMO GOERGEN**  
(PP/RS)